



CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

005. PROVA OBJETIVA

ANALISTA LEGISLATIVO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de **01** a **05**:

O virologista chinês George Fu Gao conhece os vírus como poucos. Ele acompanhou várias epidemias nas últimas décadas e, durante a pandemia de Covid-19, esteve à frente do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) da China, que coordenou parte das ações do país para lidar com o novo coronavírus, o Sars-CoV-2. Seu grupo identificou a proteína à qual o vírus adere para invadir as células e causar a infecção, testou anticorpos contra ele e desenvolveu ao menos uma vacina.

Mais recentemente, Gao começou a se preocupar com um tipo de vírus não biológico: o vírus da informação, ou, como apelidou em um artigo publicado de 2022, o “inforus”, agente causador da infodemia, a propagação rápida e incontável das informações, quase sempre imprecisas ou falsas. “Por causa da internet e da inteligência artificial, as notícias se espalham muito rapidamente, mais rápido do que um vírus biológico”, afirma.

Formado em medicina veterinária na Universidade Agrícola de Shanxi, na China, Gao migrou para a microbiologia e depois para a virologia. Fez doutorado na Universidade de Oxford, no Reino Unido, onde foi professor de 2001 a 2004, e, no retorno à China, foi para o Instituto de Microbiologia da Academia Chinesa de Ciências (CAS), onde atua. De 2017 a 2022, dirigiu o CDC chinês. Gao é autor de mais de 600 artigos científicos. Um deles, publicado em 2020 no *The New England Journal of Medicine*, descreve o isolamento do Sars-CoV-2 em pacientes de Wuhan e já foi citado mais de 35 mil vezes.

(Ricardo Zorretto. <https://revistapesquisa.fapesp.br/>, edição 358, dezembro de 2025. Adaptado)

01. De acordo com as informações textuais, a utilização do termo “inforus” pelo virologista chinês George Fu Gao é consequência

- (A) da semelhança dos prejuízos à saúde que pode haver entre o vírus da informação e o vírus biológico, ambos de grande letalidade na sociedade atual.
- (B) do surgimento de um novo vírus biológico, cujos prejuízos à saúde dos seres humanos podem ser da mesma proporção que os causados pelo Sars-CoV-2.
- (C) da falta de informação que rege a sociedade contemporânea, fruto do acesso restrito à internet e à inteligência artificial, o que causa discriminação social.
- (D) da celeridade com que informações, predominantemente imprecisas ou falsas, passaram a ser disseminadas, o que se potencializou no contexto digital.
- (E) da superação de problemas como a falta de informação, que levou milhões de pessoas à morte quando se espalhou pelo mundo o novo coronavírus.

02. As informações do 3º parágrafo têm a função de

- (A) justificar o papel relevante que George Fu Gao e seu grupo tiveram durante a pandemia de covid-19, o que não o habilita, no entanto, para tratar de questões de informação.
- (B) credenciar George Fu Gao como um pesquisador relevante em sua área, o que implica reconhecer como importantes suas considerações sobre a infodemia.
- (C) mostrar a presença tímida de George Fu Gao no contexto científico chinês, porém, reconhecendo a expertise dele em questões de internet e inteligência artificial.
- (D) colocar George Fu Gao e seu grupo como pesquisadores de pequena envergadura no contexto científico chinês, o que se aplica também ao conceito de “inforus”.
- (E) engrandecer os estudos de George Fu Gao e de sua equipe que, mesmo não tendo avançado em estudos sobre Sars-CoV-2, criaram conceitos relevantes em infodemia.

03. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de concordância nominal e concordância verbal.

- (A) As imprecisões ou as falsidades de algumas informações se propaga em proporções incontroláveis, segundo o virologista George Fu Gao.
- (B) Parte das ações do país implementadas para lidar com o novo coronavírus, o Sars-CoV-2, foi coordenada pelo virologista George Fu Gao, no CDC.
- (C) Mais de 600 artigos científicos foi escrito por George Fu Gao, professor do Instituto de Microbiologia da Academia Chinesa de Ciências.
- (D) George Fu Gao e outros pesquisadores compõe o grupo responsáveis por identificar a proteína à qual Sars-CoV-2 adere para invadir as células.
- (E) Um artigo científico de Gao, para o qual já se fez mais de 35 mil citações, descreve o isolamento do Sars-CoV-2 em pacientes de Wuhan.

04. Devido _____ internet, as notícias chegam _____ pessoas muito rapidamente, porém, é um processo em que _____ veracidade das informações pode não atender _____ realidade, o que representa prejuízos _____ uma parcela expressiva da população.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) à ... às ... a ... à ... a
- (B) a ... as ... à ... à ... à
- (C) à ... a ... a ... a ... à
- (D) a ... à ... à ... a ... a
- (E) à ... às ... a ... à ... à

05. Considere as passagens do 1º parágrafo:

- Ele acompanhou várias epidemias nas últimas décadas e, durante a pandemia de covid-19, esteve à frente...
- ... que coordenou parte das ações do país para lidar com o novo coronavírus, o Sars-CoV-2.
- ... para invadir as células e causar a infecção, testou anticorpos contra ele e desenvolveu ao menos uma vacina.

As vírgulas são empregadas nas três passagens com a função de separar, correta e respectivamente:

- (A) expressão explicativa; expressão corretiva; orações subordinadas.
- (B) expressão corretiva; expressão exemplificativa; orações coordenadas.
- (C) expressão adverbial; expressão explicativa; orações coordenadas.
- (D) expressão adverbial; expressão corretiva; orações coordenadas.
- (E) expressão explicativa; expressão explicativa; orações subordinadas.

Leia o texto para responder às questões de 06 a 10:

Comércio global à margem da OMC

A reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Camarões terminou como tantas desde o colapso da Rodada Doha, em 2008: sem acordo. Negociações sobre o comércio digital fracassaram. Tentativas de reformas institucionais empacaram. Delegações voltaram para casa com declarações vagas. O representante comercial dos EUA anunciou que Washington buscaria acordos fora da OMC.

O impasse não surpreende. A organização depende do consenso entre mais de 160 países. A Índia bloqueia avanços em temas sensíveis, como tributação digital. Os EUA mantêm paralisado o órgão de apelação. A China resiste a mudanças que atinjam seus subsídios. A máquina roda formalmente, mas não produz resultados.

Ainda assim, o comércio global não desacelerou na mesma proporção. Cadeias produtivas continuam ligando fábricas na Ásia, centros tecnológicos na Europa e mercados consumidores nas Américas. Fluxos apenas mudam de caminho, deslocando fornecedores e rotas. Os governos não estão emulando o unilateralismo dos EUA, e não se materializou um protecionismo generalizado. Os países negociam, mesmo quando a OMC não decide.

As regras não desapareceram, mas já não dependem do fórum que as consolidou. Desfazer operações globais implicaria custos elevados, perda de escala e ruptura de contratos. Quando políticas comerciais avançam nessa direção, encontram resistência de empresas e mercados. A integração econômica sobrevive por inércia e interesse, mesmo quando a arquitetura institucional vacila.

Grandes rodadas de liberalização são coisa do passado. Trata-se de preservar alguma previsibilidade num sistema mais fragmentado e modular. A alternativa não é entre uma OMC perfeita e o colapso, mas entre um sistema imperfeito e funcional ou o caos baseado na lei do mais forte. Isso exige flexibilidade para contornar bloqueios, mas também algum esforço de coordenação para evitar que o comércio se transforme numa sucessão de pactos desconectados. Sem esse equilíbrio, o risco não é exatamente o fim da globalização, mas sua degradação. Até aqui, o comércio tem resistido mais do que as instituições que deveriam organizá-lo. A letra da OMC está morta. Seu espírito vive.

(Editorial. <https://www.estadao.com.br/opiniaio>, 09.04.2026. Adaptado)

06. O editorial deixa claro que a falta de consenso entre os países-membros da Organização Mundial do Comércio

- (A) limita o poder de barganha de diversas nações, que se tornam ainda mais dependentes das decisões norte-americanas.
- (B) representa prejuízos significativos para a maioria das nações no comércio mundial, afetando as cadeias produtivas.
- (C) deixa de afetar as relações mundiais de comércio porque as suas regras permanecem a despeito das dissonâncias.
- (D) impõe novas barreiras para as transações comerciais, já que o mundo vive agora sob o protecionismo generalizado.
- (E) revela que a organização sucumbiu aos interesses particulares de cada país-membro, o que sinaliza o fim da sua essência.

07. Considere as passagens:

- Delegações voltaram para casa com declarações **vagas**. (1º parágrafo)
- A Índia bloqueia avanços em temas **sensíveis**, como tributação digital. (2º parágrafo)
- Sem esse equilíbrio, o risco não é exatamente o fim da globalização, mas sua **degradação**. (5º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) contraditórias; difíceis de entender; destruição.
- (B) confusas; bastante complexos; irrelevância.
- (C) desconexas; de natureza solidária; ruína.
- (D) incertas; naturalmente ofensivos; mudança.
- (E) imprecisas; difíceis de lidar; aviltamento.

08. O termo destacado está empregado em sentido figurado em:

- (A) **Negociações** sobre o comércio digital fracassaram. (1º parágrafo)
- (B) A China resiste a mudanças que atinjam seus **subsídios**. (2º parágrafo)
- (C) Os **países** negociam, mesmo quando a OMC não decide. (3º parágrafo)
- (D) ... mesmo quando a **arquitetura** institucional vacila. (4º parágrafo)
- (E) ... o **comércio** tem resistido mais do que as instituições... (5º parágrafo)

09. Considere as passagens:

- A Índia bloqueia avanços em temas sensíveis, **como** tributação digital. (2º parágrafo)
- **Ainda assim**, o comércio global não desacelerou na mesma proporção. (3º parágrafo)
- As regras não desapareceram, **mas** já não dependem do fórum que as consolidou. (4º parágrafo)
- Isso exige flexibilidade para contornar bloqueios, **mas também** algum esforço de coordenação... (5º parágrafo)

As expressões destacadas estabelecem entre as orações do texto, correta e respectivamente, relações de sentido de:

- (A) exemplificação; oposição; oposição; adição.
- (B) comparação; conclusão; oposição; oposição.
- (C) conformidade; adição; comparação; conclusão.
- (D) comparação; oposição; comparação; adição.
- (E) exemplificação; adição; explicação; oposição.

10. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de colocação pronominal.

- (A) A organização depende de que concertem-se os interesses comerciais entre mais de 160 países.
- (B) Ainda assim, não constatou-se a desaceleração do comércio global na mesma proporção.
- (C) Tornaria-se difícil desfazer operações globais: custos elevados, perda de escala e ruptura de contratos.
- (D) Se trata, agora, de preservar alguma previsibilidade num sistema mais fragmentado e modular.
- (E) Na realidade, ainda que a máquina rode formalmente, constata-se que não produz resultados.

11. Uma aplicação financeira de X reais apresentou ao final do primeiro mês de investimento um total, que inclui X e o rendimento obtido, de $\frac{11}{9}$ de X. Esses $\frac{11}{9}$ de X foram mantidos na aplicação que, no segundo mês, aumentou o equivalente a $\frac{3}{2}$ do valor que havia aumentado no primeiro mês. Sem retirar nada da aplicação, verificou-se que, ao término do segundo mês, o valor total, que inclui X e os dois rendimentos obtidos, era de R\$ 6.832,00.

A diferença entre o rendimento obtido no segundo mês da aplicação e o valor obtido no primeiro mês foi igual a

- (A) R\$ 244,00.
- (B) R\$ 362,00.
- (C) R\$ 488,00.
- (D) R\$ 506,00.
- (E) R\$ 618,00.

12. Em um laboratório, ao ser disparado um cronômetro, o evento F ocorre exatamente a cada 3 minutos, o evento G, a cada 4 minutos, o evento H, a cada 6 minutos, e o evento J, a cada 9 minutos. O tempo decorrido desde o disparo do cronômetro até a ocorrência do 16º evento isolado, ou seja, ocorrência de um evento sem a ocorrência de qualquer outro desses eventos, ao mesmo tempo, foi de

- (A) 45 minutos.
- (B) 51 minutos.
- (C) 52 minutos.
- (D) 56 minutos.
- (E) 57 minutos.

13. Foram arrecadadas 132 cédulas de 100 reais, 156 de 50 reais e 180 de 20 reais, para serem divididas em premiações diversas em uma gincana. Essas premiações seriam colocadas no maior número possível de envelopes, de tal modo que cada envelope contenha x cédulas de 100 reais, y cédulas de 50 reais e z cédulas de 20 reais.

Realizada a divisão dessa maneira, um ganhador receberia como prêmio, em seu envelope, a quantia de

- (A) R\$ 2.000,00.
- (B) R\$ 2.050,00.
- (C) R\$ 2.100,00.
- (D) R\$ 2.150,00.
- (E) R\$ 2.200,00.

14. O preço de um produto sofreu redução sucessiva de 10%, duas vezes, e, em seguida, acréscimo sucessivo de 10%, duas vezes. A porcentagem a mais, que o preço inicial apresenta em relação ao preço final, é um valor que se encontra no seguinte intervalo:

- (A) de 0% a 0,49%
- (B) de 0,5% a 0,99%
- (C) de 1% a 1,49%
- (D) de 1,5% a 1,99%
- (E) de 2% a 2,5%

15. Em um grupo de voluntários que se dedicam a trabalhos de assistência social, a razão entre o número de homens e o número de mulheres é $\frac{3}{8}$. Com a intenção de aumen-

tar a participação masculina no grupo, foi feita uma campanha que visava a adesão de mais homens para o grupo. Para surpresa de todos, a participação de mulheres havia aumentado em 20%.

Para que a razão mencionada, que era $\frac{3}{8}$, se tornasse $\frac{7}{8}$,

a porcentagem de aumento da participação masculina deveria subir, como resultado da campanha, em:

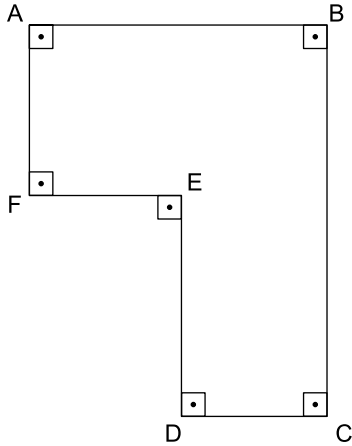
- (A) 180%
- (B) 166,666... %
- (C) 150%
- (D) 133,333... %
- (E) 120%

16. Uma construtora contratou 3 funcionários para executarem a limpeza das paredes de apartamentos para entrega. Sabe-se que esses funcionários conseguiram limpar 2.520 m^2 de paredes trabalhando 6 horas por dia durante 7 dias. A área total a ser limpa era de 16.920 m^2 e, para terminar esse trabalho, além dos 3 funcionários já contratados, a empresa contratou outros 2 funcionários e todos eles trabalhariam 9 horas por dia.

Considerando que todos os funcionários têm a mesma velocidade de trabalho, é correto afirmar que o número total de dias de trabalho, para que os 16.920 m^2 fossem limpos, foi de

- (A) 16.
- (B) 20.
- (C) 23.
- (D) 26.
- (E) 29.

17. O desenho a seguir, desenhado fora de escala, representa o contorno de um terreno cuja área é de $0,92 \text{ km}^2$. Referências métricas do terreno: $AB = 2x$; $AF = x + 1$; $CD = x$; $DE = x + 2$.



(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

O perímetro desse terreno, em metros, é um valor que está inserido no intervalo de

- (A) 7.100 a 7.399.
 (B) 7.400 a 7.699.
 (C) 7.700 a 7.999.
 (D) 8.000 a 8.299.
 (E) 8.300 a 8.600.
18. Uma loja vende estes seis produtos: F, G, H, J, K e L. Quem compra um F e um G, paga R\$ 13,00; quem compra um G e um H, paga R\$ 11,00; quem compra um H e um J, paga R\$ 10,00; quem compra um J e um K, paga R\$ 11,00; quem compra um K e um L, paga R\$ 13,00 e quem compra um F e um L, paga R\$ 14,00.

Quem comprar um F, um G, dois H, um J, um K e dois L, pagará, por esses oito produtos, o valor de

- (A) R\$ 45,00.
 (B) R\$ 46,00.
 (C) R\$ 47,00.
 (D) R\$ 48,00.
 (E) R\$ 49,00.

19. Considere a tabela a seguir:

LOJA DE AUTOMÓVEIS "COMPRA AQUI"	
VENDEDORES	NÚMERO DE UNIDADES VENDIDAS
Marcos	5
Luiz	13
Rita	18
Osvaldo	22
Mônica	15
Paulo	25
Gilda	12
Sérgio	42
Neide	x
Cátia	2x

(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

Essa tabela apresenta a vendedora Neide com x unidades vendidas, e a vendedora Cátia com 2x unidades. Com as vendas efetuadas por Neide e Cátia, a média aritmética simples do número de unidades vendidas por vendedor, desses dez vendedores, supera em uma unidade essa mesma média, considerando-se apenas os primeiros oito vendedores que aparecem na tabela.

Sendo assim, a diferença entre o número de unidades vendidas por Cátia e o número de unidades vendidas por Paulo é igual a

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

20. Um reservatório de água, cujo formato interno é de um paralelepípedo reto com medidas da base de 2 m por 1,5 m. Em um certo dia, esse reservatório foi enchido até a água atingir a altura de 0,8 m e nada mais foi acrescentado. Exatamente ao ser atingida essa altura da água, foi aberto um registro de vazão que possibilitava a saída de 200 mL de água por minuto.

Por quanto tempo esse registro deve ficar aberto para que a altura da água no reservatório seja de 0,73 m?

- (A) 23 horas.
- (B) 21 horas e 40 minutos.
- (C) 19 horas e 30 minutos.
- (D) 18 horas e 20 minutos.
- (E) 17 horas e 30 minutos.

LEGISLAÇÃO

- 21.** Tendo em vista a Resolução nº 04, de 26 de setembro de 2023, da Câmara Municipal de Votorantim, é correto afirmar que a Diretoria Legislativa é diretamente subordinada à
- (A) Assessoria da Presidência.
 - (B) Assessoria da Mesa Diretora.
 - (C) Diretoria de Administração.
 - (D) Procuradoria Jurídica.
 - (E) Mesa Diretora.
- 22.** Considerando o que dispõe a Resolução nº 04, de 26 de setembro de 2023, da Câmara Municipal de Votorantim, a função de conferir os textos das leis publicadas com os respectivos autógrafos, comunicando incoerências observadas, é de competência da
- (A) Coordenadoria de Serviços Legislativos.
 - (B) Diretoria Legislativa.
 - (C) Consultoria do Processo Legislativo.
 - (D) Assessoria da Mesa Diretora.
 - (E) Assessoria das Comissões.
- 23.** A Procuradoria da Câmara Municipal de Votorantim, tendo em vista o disposto na Resolução nº 04, de 26 de setembro de 2023, da Câmara Municipal de Votorantim,
- (A) é vinculada diretamente à Assessoria da Presidência.
 - (B) é dividida em duas áreas de concentração: contencioso geral e consultoria geral.
 - (C) não poderá prestar consultoria jurídica aos vereadores nos assuntos pertinentes às suas funções.
 - (D) exerce a função de consultoria junto à Diretoria Legislativa por meio da Consultoria do Processo Legislativo.
 - (E) é chefiada, de acordo com a área de concentração, por portaria da mesa diretora, com prazo máximo de vigência de um ano.

- 24.** A lavratura e zelo pelos Termos de Posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, bem como os de extinção dos respectivos mandatos, devem ser realizados pela
- (A) Assessoria Parlamentar.
 - (B) Diretoria Administrativa.
 - (C) Diretoria Legislativa.
 - (D) Assessoria da Presidência.
 - (E) Assessoria da Mesa Diretora.
- 25.** Assinale a alternativa que contém o órgão diretamente subordinado à Diretoria de Administração.
- (A) Coordenadoria de Serviços Legislativos.
 - (B) Coordenadoria de Comunicação Organizacional.
 - (C) Departamento de Contabilidade.
 - (D) Assessoria Parlamentar.
 - (E) Assessoria das Comissões.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. No estudo da Teoria Geral da Administração, o processo administrativo é composto por quatro funções fundamentais e integradas: planejamento, organização, direção e controle. A função que se caracteriza especificamente por definir os objetivos da organização e estabelecer as estratégias e caminhos que deverão ser seguidos para alcançá-los, é chamada de:

- (A) organização.
- (B) planejamento.
- (C) direção.
- (D) controle.
- (E) coordenação.

27. Suponha que a diretoria de uma empresa de logística precise escolher entre expandir sua frota própria de caminhões e terceirizar parte das entregas para atender a um aumento sazonal de demanda.

Considerando as etapas do processo de resolução de problemas, a natureza dessa decisão e as ferramentas de apoio disponíveis, assinale a alternativa correta.

- (A) Essa situação configura uma decisão programada, pois envolve uma escolha rotineira e estruturada que pode ser resolvida por meio de uma matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência).
- (B) Por se tratar de um problema simples e de curto prazo, o gestor deve aplicar a técnica de Diagrama de Ishikawa para definir de forma clara e definitiva a escolha financeiramente viável.
- (C) Trata-se de uma decisão operacional que afeta apenas os níveis hierárquicos inferiores da organização, tornando o uso de ferramentas de apoio quantitativo um desperdício de recursos administrativos.
- (D) A escolha entre expandir e terceirizar deve ser conduzida sob a condição de certeza absoluta, o que dispensa o gestor de formular cenários alternativos ou calcular probabilidades de risco.
- (E) Apresenta-se uma decisão não programada e estratégica, sendo que uma árvore de decisão seria uma ferramenta adequada para modelar as diferentes alternativas, seus riscos e os ganhos financeiros prováveis de cada caminho.

28. No âmbito da administração pública contemporânea, diferentes modelos de planejamento coexistem como instrumentos voltados à racionalização da ação estatal e à consecução de resultados organizacionais e governamentais. Entre eles, destacam-se o Planejamento Estratégico Tradicional (PET) e o Planejamento Estratégico Situacional (PES).

Considerando as distinções teóricas e metodológicas entre essas abordagens, assinale a alternativa correta.

- (A) O PET e o PES compartilham a premissa de neutralidade técnica do planejador, concebendo o ambiente organizacional como previsível e controlável mediante modelagens de planejamento.
- (B) O PES se fundamenta na separação entre formulação e execução, atribuindo aos níveis operacionais a implementação mecânica das decisões previamente definidas pela alta administração.
- (C) O PET tende a se estruturar com base em objetivos previamente definidos e projeções relativamente estáveis do ambiente, enquanto o PES considera a existência de múltiplos atores, governabilidade limitada e necessidade de adaptação contínua às circunstâncias.
- (D) O modelo do PES não se apoia na análise política e institucional, priorizando indicadores quantitativos de eficiência e desempenho organizacional.
- (E) O PET se caracteriza pela centralidade da negociação entre atores sociais e pela compreensão de que o plano constitui uma hipótese flexível de ação, sujeita a revisões conforme a dinâmica da execução.

29. Uma organização que deseja alcançar melhores resultados decide investir no desenvolvimento de seus gestores. Para isso adota um modelo de gestão focalizado em liderança democrática, em que os líderes ouvem os colaboradores, incentivam o trabalho em equipe e mantêm canais de comunicação abertos e transparentes.

Sob a ótica de teorias de administração, a adoção destas práticas gera o seguinte potencial impacto na organização:

- (A) ampliação do comprometimento organizacional e do engajamento dos colaboradores, em razão da descentralização do processo decisório e da valorização das contribuições individuais, em consonância com pressupostos da Teoria Comportamental e de abordagens participativas de liderança.
- (B) elevação da eficiência operacional exclusivamente pela padronização rigorosa de métodos e tempos de execução das tarefas, priorizando a racionalização científica do trabalho e a supervisão funcional, conforme os princípios da Administração Científica.
- (C) redução da variabilidade comportamental por meio da formalização de normas e regulamentos, reforçando a impessoalidade nas relações, em alinhamento estrito com o modelo burocrático clássico.
- (D) maximização da produtividade a partir da descentralização estratégica das decisões no nível superior, com ênfase no princípio da unidade de comando e na cadeia escalar rígida, conforme a Teoria Clássica da Administração.
- (E) supressão de conflitos organizacionais mediante controle estrutural dos fluxos informacionais e reforço de mecanismos de coordenação, priorizando a estabilidade sistêmica em detrimento da autonomia decisória de grupos de trabalho, o que eleva a produtividade organizacional.

30. Considerando instrumentos de avaliação de desempenho e os fundamentos da gestão estratégica de pessoas e da gestão por competências, assinale a alternativa correta.
- (A) A gestão por competências focaliza a avaliação técnica individual dos servidores, não devendo possuir relação com o planejamento estratégico nem com os objetivos institucionais da organização.
 - (B) Indicadores de eficiência medem o grau de satisfação dos usuários externos, enquanto indicadores de eficácia avaliam os custos operacionais nos processos organizacionais.
 - (C) Os instrumentos de avaliação do desempenho organizacional possuem natureza fiscalizatória, sendo incompatíveis com políticas de desenvolvimento humano e capacitação contínua dos colaboradores.
 - (D) A gestão estratégica de pessoas pressupõe alinhamento entre competências individuais e organizacionais, e objetivos institucionais, utilizando indicadores de desempenho como instrumentos de monitoramento.
 - (E) Na gestão contemporânea, indicadores de desempenho qualitativos são inadequados para processos decisórios racionais, devendo as organizações utilizar métricas quantitativas e financeiras para avaliação institucional.
31. A partir dos conceitos relacionados ao modelo de gestão de projetos do Marco Lógico e dos ciclos de projetos, assinale a alternativa correta.
- (A) O Marco Lógico constitui instrumento mais voltado ao controle financeiro do projeto, não abrangendo análise de riscos ou verificação de resultados.
 - (B) No ciclo de projetos, a etapa de monitoramento ocorre após o encerramento da execução, razão pela qual não interfere na tomada de decisões durante a implementação.
 - (C) A metodologia do Marco Lógico pressupõe encaideamento lógico entre insumos, atividades, produtos, objetivos e impactos, e o estabelecimento de indicadores verificáveis e fatores externos que podem influenciar o sucesso do projeto.
 - (D) Em projetos públicos baseados no Marco Lógico, a fase de planejamento possui relevância secundária, pois a execução e o aprendizado práticos prevalecem sobre a definição prévia de objetivos e de critérios de avaliação.
 - (E) O gerenciamento de projetos no setor público depende da análise de *stakeholders* e de variáveis externas porque a legitimidade administrativa decorre da previsão legal da política pública correspondente.
32. A diretoria de uma secretaria municipal de saúde percebeu que o processo de fornecimento de medicamentos de alto custo para a população estava gerando muitas reclamações em virtude da demora na entrega. Para entender o problema, a equipe de administração mapeou o fluxo atual (As-Is) e identificou o seguinte funcionamento:
- O cidadão abre o pedido na recepção da secretaria. O processo físico (papel) é enviado para o setor de triagem documental. Se faltar algum documento, o setor de triagem arquiva o processo e espera o cidadão ligar cobrando para avisá-lo do erro. Se toda a documentação estiver correta, a triagem envia o papel para o setor de avaliação médica. O médico avalia o caso e encaminha o parecer aprovado para o almoxarifado central, que faz a entrega do remédio ao cidadão.
- A análise revelou que 50% do tempo total que o cidadão esperava pelo remédio era gasto com o vai e vem de papéis entre a triagem e a diretoria, sempre que havia dúvidas jurídicas sobre os laudos médicos, paralisando o fluxo.
- No novo desenho do processo (To-Be), os gestores propuseram uma mudança: o cidadão passa a enviar os documentos digitalmente por um aplicativo. O sistema faz a checagem automática dos documentos obrigatórios e envia o caso ao mesmo tempo (em paralelo) para o médico avaliar a necessidade do remédio e para a equipe jurídica avaliar a legalidade do pedido. Se ambos aprovarem, o almoxarifado recebe um aviso automático para separar o medicamento.
- A partir dos conceitos de cadeia de valor, análise e desenho de processos no setor público, assinale a alternativa que apresenta a análise correta sobre essa reengenharia.
- (A) Como o processo passou a utilizar um aplicativo e checagem automática de dados pelo sistema, ele foi rebaixado na hierarquia de processos da secretaria, deixando de ser um processo finalístico (de ponta a ponta) e passando a ser um processo de suporte tecnológico (meio).
 - (B) O novo desenho do processo (To-Be) eliminou tarefas repetitivas e gargalos de tempo por meio da paralelização de etapas (análise médica e jurídica simultâneas). No novo fluxograma, isso será representado por uma ramificação do fluxo, reduzindo o tempo de espera do cidadão sem alterar a classificação do processo como finalístico na cadeia de valor.
 - (C) Ao criar a checagem automática no aplicativo antes de o processo chegar aos servidores, a secretaria realizou uma eliminação de atividades de valor agregado, o que significa que o setor de almoxarifado central se tornou obsoleto e sua raia correspondente deve ser apagada.
 - (D) No novo desenho, por se tratar de um órgão público, o envio simultâneo do processo digital para o médico e para o jurídico deve ser estruturado dentro de um único bloco de tarefa, pois os símbolos de desvio (losangos) e conectores paralelos são, via de regra, de uso proibido na administração pública.
 - (E) A melhoria proposta diminui o tempo de atendimento, mas quebra a cadeia de valor da secretaria de saúde, pois as regras de gestão de processos do setor público exigem que todos os setores e departamentos trabalhem de forma isolada e sequencial para garantir a validade jurídica dos atos administrativos.

33. O almoxarifado central de uma empresa de economia mista municipal realiza a gestão de três itens de consumo contínuo. Com base no levantamento histórico, foram apurados os seguintes dados:

Item X: alto valor unitário, baixíssimo giro de estoque, uso esporádico e imprevisível.

Item Y: baixo valor unitário, altíssimo giro, consumo diário e regular.

Item Z: valor unitário médio, giro médio, porém sua falta paralisa completamente as atividades-fim da empresa.

Levando em consideração a classificação ABC, a curva XYZ, os métodos de avaliação de estoques, o dimensionamento do estoque de segurança e as boas práticas de almoxarifado, assinale a alternativa correta.

- (A) Na classificação ABC combinada com a curva XYZ, o Item X se enquadra como classe A/Z (alto valor, baixíssimo giro e demanda imprevisível), requerendo controle individualizado e revisão periódica criteriosa; o Item Y, como classe C/V (baixo valor, alto giro e demanda regular), admite estoque de segurança reduzido e reposição por ponto de pedido com lote econômico; e o Item Z, independentemente de sua classificação de valor, deve receber tratamento diferenciado pelo critério de criticidade — o que a curva XYZ isolada não captura —, exigindo que seu ponto de pedido incorpore o *lead time* máximo do fornecedor e uma margem de segurança robusta para evitar ruptura.
- (B) A curva XYZ classifica os materiais segundo seu valor de consumo acumulado no período, sendo o Item X (alto valor) necessariamente classificado como X, o Item Y (baixo valor) como Z e o Item Z (valor médio) como Y; o método PEPS é recomendado exclusivamente para itens da classe A da curva ABC, pois seu objetivo é controlar o custo de aquisição dos materiais de maior impacto financeiro, e não reduzir perdas por perecibilidade.
- (C) O estoque de segurança tem como única finalidade cobrir variações no *lead time* do fornecedor, sendo irrelevante para o tratamento de oscilações no consumo; portanto, o superdimensionamento do estoque de segurança do Item Y não gera custo de oportunidade, pois itens de baixo valor unitário não representam imobilização financeira significativa para a organização.
- (D) O método PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair) é indicado para itens sem perecibilidade, pois garante que os lotes mais antigos permaneçam em estoque por mais tempo, reduzindo a frequência de ressuprimento; para itens perecíveis, o método adequado é o UEPS (Último a Entrar, Primeiro a Sair), que assegura a saída prioritária dos lotes mais recentes e minimiza as perdas por vencimento.
- (E) A classificação ABC é suficiente, por si só, para determinar tanto a criticidade operacional de um item quanto sua política de reposição e dimensionamento de estoque de segurança, dispensando critérios complementares como a curva XYZ ou análises de criticidade, uma vez que itens de classe A concentram, simultaneamente, alto valor, alto giro e alta criticidade para as operações organizacionais.

34. O prefeito do município X, nos últimos dois quadrimestres de seu mandato, aumentou despesas com pessoal acima dos limites legais e deixou de adotar medidas para recondução dos gastos ao percentual permitido pela legislação. Além disso, autorizou a contratação direta de empresa pertencente a um parente próximo, sem observância das exigências legais, causando favorecimento indevido.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) O descumprimento dos limites de gastos com pessoal nos últimos quadrimestres do mandato configura infração à Lei de Responsabilidade Fiscal, enquanto a contratação direta indevida de parente caracteriza ato de improbidade administrativa.
- (B) A conduta do prefeito, ao contratar diretamente a empresa de seu parente, não configura ato de improbidade administrativa sob qualquer hipótese, dispensando-se a comprovação de má-fé ou intenção deliberada de causar dano.
- (C) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a extrapolação do limite de despesas com pessoal gera a cassação do mandato do prefeito por ato administrativo do Tribunal de Contas.
- (D) A contratação do parente sem licitação amolda-se exclusivamente como ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, o qual, por ser considerado menos grave, admite o sancionamento do prefeito apenas com advertência por escrito e multa.
- (E) A legislação de responsabilidade fiscal anistia o gestor que aumenta despesas com pessoal no último ano de mandato, caso fique demonstrado que a contratação direta de empresas privadas parceiras gerou posterior eficiência e economicidade na prestação dos serviços municipais.

35. Uma autarquia municipal instaurou processo licitatório para contratação de solução tecnológica destinada à gestão de contratos públicos. Durante a fase preparatória, foi realizado estudo técnico preliminar, análise de riscos e elaboração do termo de referência. Em razão da singularidade de parte dos serviços especializados envolvidos, cogitou-se a contratação direta de determinada empresa. Paralelamente, surgiram indícios de que uma sociedade empresária participante do certame teria oferecido vantagem indevida a agente público para obter informações privilegiadas sobre critérios de julgamento ainda não divulgados. Os fatos ensejaram discussões sobre a aplicação da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 12.846/2013.

Analise as afirmações a seguir:

- I. A instrução do processo licitatório deve observar, entre outros elementos, a elaboração de estudos técnicos preliminares, gerenciamento de riscos e justificativas que demonstrem a necessidade da contratação, refletindo os princípios do planejamento, da eficiência e da motivação. Ademais, a utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) integra a lógica de transparência e publicidade instituída pela Lei nº 14.133/2021.
- II. A inexigibilidade de licitação pode ocorrer quando houver inviabilidade de competição, inclusive em hipóteses legalmente previstas envolvendo serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, desde que observados os requisitos legais. Já os atos lesivos praticados por pessoas jurídicas contra a Administração Pública podem ensejar responsabilização objetiva administrativa e civil nos termos da Lei nº 12.846/2013, independentemente da responsabilização individual de seus dirigentes ou agentes.
- III. A configuração de crime previsto na Lei nº 14.133/2021 depende da prévia aplicação de sanção administrativa à pessoa jurídica envolvida e da demonstração de efetivo prejuízo financeiro ao erário, razão pela qual a mera tentativa de fraudar o caráter competitivo do certame, sem dano material comprovado, afasta a responsabilização penal e administrativa dos envolvidos.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas a afirmação I está correta.
- (B) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- (E) Todas as afirmações estão corretas.

36. Tendo em vista os princípios da administração pública explicitados no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, leia o texto que segue:

Um órgão público federal contrata um serviço contínuo de manutenção predial com dispensa de licitação, fundamentando a escolha de uma empresa específica com base em “confiança técnica acumulada em contratos anteriores”, sem apresentar justificativa objetiva de singularidade do objeto ou inviabilidade de competição; a despeito de o gestor responsável liberar a contratação com a devida e adequada publicação do ato administrativo.

Considerando a situação descrita, é correto afirmar que a conduta desrespeita notadamente o princípio da

- (A) eficiência, uma vez que a contratação direta *per se* gera, via de regra, custos mais elevados ao contratante.
- (B) moralidade, pois a escolha baseada em confiança subjetiva compromete a ética administrativa e a impessoalidade.
- (C) publicidade, já que houve ausência de divulgação do ato administrativo.
- (D) razoabilidade, considerando que a dispensa de licitação não pode ser aplicada a serviços contínuos.
- (E) hierarquia, porque o gestor não possui competência para autorizar dispensas de licitação.

37. A administração pública brasileira dispõe de diferentes paradigmas ao longo do século XX. Leia as afirmações a seguir e responda à questão:

- I. O modelo patrimonialista, predominante no Brasil até meados do século XXI, caracteriza-se pela rígida separação entre o público e o privado, sendo considerado, por isso, o precursor direto do modelo burocrático weberiano no país.
- II. A Reforma Gerencial de 1995, capitaneada pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), buscou superar as limitações do modelo burocrático weberiano ao introduzir princípios do *New Public Management* (NPM).

III. Os anos 1930 e a primeira metade dos anos 1940, especialmente durante o Estado Novo, são um momento chave de modernização burocrática autoritária do Estado brasileiro.

Destas três afirmações, qual(is) é(são) verdadeira(s)?

- (A) I, II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II.

38. Os conceitos de governabilidade e governança são frequentemente confundidos, mas expressam dimensões analíticas distintas da capacidade estatal de formular, implementar e avaliar políticas públicas.

Considerando a distinção entre esses dois conceitos, assinale a alternativa correta.

- (A) Governabilidade refere-se exclusivamente à eficiência administrativa do aparato estatal, enquanto governança diz respeito apenas à estabilidade institucional do Estado.
- (B) Governança corresponde à capacidade de o governo obter apoio parlamentar para aprovar sua agenda, ao passo que governabilidade se limita à coordenação entre atores da sociedade civil.
- (C) Governabilidade diz respeito às condições de exercício do poder político, incluindo legitimidade e apoio institucional, enquanto governança refere-se à capacidade de formulação e implementação eficaz de políticas públicas por meio da articulação entre Estado e sociedade.
- (D) Governabilidade e governança são conceitos relacionados à capacidade financeira de o Estado manter o equilíbrio fiscal e a prestação de serviços públicos.
- (E) Governabilidade diz respeito ao modelo burocrático tradicional de administração pública, enquanto governança associa-se às práticas de gestão adotadas por organizações privadas.

39. Tendo em vista a inter-relação entre a avaliação de programas públicos e os princípios da gestão por resultados, assinale a alternativa que apresenta a correta correlação entre o tipo de indicador, o momento da avaliação e a sua utilidade para o gestor público.

- (A) A avaliação de impacto (*ex-post*) deve focalizar indicadores de processo (como o número de turmas abertas), pois a Gestão por Resultados prioriza o cumprimento estrito das metas físicas programadas em detrimento dos efeitos externos.
- (B) Os indicadores de resultado (*outcomes*) medem a entrega imediata dos bens e serviços públicos (como o total de jovens diplomados) e são o foco principal da avaliação *ex-ante*, que visa prever o custo-benefício do projeto antes da sua implementação.
- (C) Na gestão por resultados, a avaliação de eficácia analisa se os objetivos pretendidos foram alcançados (como a taxa de inserção dos jovens no mercado de trabalho), servindo de subsídio para a tomada de decisão sobre a continuidade, reformulação ou extinção do programa.
- (D) Os indicadores de eficiência medem a alteração duradoura na realidade social do público-alvo (como a redução da taxa de criminalidade juvenil na região) e devem ser avaliados logo após a formulação, servindo como uma linha de base estática.
- (E) A avaliação *in curso* (durante a execução) dispensa o uso de indicadores de desempenho, uma vez que a formulação da política pública já define de forma rígida e imutável as ações que os gestores devem seguir até o encerramento do projeto.

40. Leia as quatro ações descritas a seguir:

- I. O Congresso Nacional aprova lei que estabelece as normas gerais para a criação, fusão e extinção de agências reguladoras federais, define critérios de autonomia, mandatos e formas de controle externo, sem criar nenhuma agência específica.
- II. O Ministério da Agricultura publica portaria concedendo subvenção direta a cooperativas de produtores de algodão do Nordeste para aquisição de equipamentos de irrigação, sem exigir contrapartida de outros setores produtivos.
- III. A Receita Federal institui alíquota progressiva de Imposto de Renda sobre lucros distribuídos por grandes empresas, destinando os recursos ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e para beneficiar famílias com renda de até dois salários mínimos.
- IV. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proíbe a comercialização de determinado aditivo alimentar em produtos industrializados para o público infantil, após laudo técnico indicando risco à saúde.

Assinale a alternativa que classifica corretamente as quatro ações.

- (A) I — constitutiva; II — distributiva; III — redistributiva; IV — regulatória.
- (B) I — regulatória; II — distributiva; III — redistributiva; IV — constitutiva.
- (C) I — constitutiva; II — redistributiva; III — regulatória; IV — distributiva.
- (D) I — constitutiva; II — distributiva; III — regulatória; IV — redistributiva.
- (E) I — regulatória; II — redistributiva; III — distributiva; IV — constitutiva.

41. Considerando os conceitos centrais de planejamento, o processo estratégico, os papéis dos estrategistas e gerentes e as diferenças entre o Planejamento Estratégico Tradicional e o Planejamento Estratégico Situacional, assinale a alternativa correta.
- (A) O Planejamento Estratégico Tradicional e o Planejamento Estratégico Situacional compartilham a premissa de que o ambiente pode ser plenamente controlado por meio da definição prévia de objetivos, razão pela qual ambos atribuem pouca relevância à atuação dos diversos atores sociais na implementação das estratégias.
 - (B) No Planejamento Estratégico Situacional, o planejamento é concebido como um processo dinâmico e político, no qual diferentes atores possuem capacidades desiguais de influência sobre a realidade; por isso, a estratégia deve considerar governabilidade, cenários e problemas concretos, cabendo aos estrategistas e gerentes atuar continuamente na formulação, negociação e adaptação das ações.
 - (C) O Planejamento Estratégico Tradicional rejeita a definição de missão, visão e objetivos de longo prazo, concentrando-se na resolução de problemas imediatos e contingenciais, enquanto o Planejamento Estratégico Situacional enfatiza metas fixas e rígidas previamente estabelecidas.
 - (D) No processo estratégico de organizações públicas na contemporaneidade é desejável que os estrategistas sejam responsáveis apenas pela formulação da estratégia, enquanto os gerentes executam as decisões tomadas, sem participação na retroalimentação, no monitoramento ou no ajuste estratégico.
 - (E) O conceito atual de Planejamento Estratégico Situacional em organizações públicas pressupõe neutralidade política, de modo que a análise dos interesses dos atores, dos conflitos e das relações de poder deve ser excluída para preservar a racionalidade técnica do processo decisório.
42. O planejamento governamental no Brasil é estruturado por meio de leis de iniciativa do Poder Executivo, que buscam organizar as ações do Estado em diferentes horizontes temporais.
- Sobre o Plano Plurianual (PPA), assinale a alternativa correta.
- (A) O PPA possui vigência coincidente com o mandato do Chefe do Poder Executivo, iniciando-se no primeiro ano de governo e encerrando-se no último ano deste mesmo mandato.
 - (B) As diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes devem ser estabelecidas apenas anualmente, dispensando visões de longo prazo.
 - (C) A vigência do PPA é de quatro anos, com início no segundo ano do mandato do chefe do Executivo e término no primeiro ano do mandato subsequente, contribuindo para a continuidade administrativa das políticas públicas, quando se inicia um novo mandato no Executivo.
 - (D) O PPA define de forma definitiva os valores exatos que serão gastos mês a mês em todas as ações governamentais, funcionando como o orçamento propriamente dito, mas com horizonte temporal mais alargado e alinhando-se com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).
 - (E) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são instrumentos totalmente independentes do PPA, não necessitando de alinhamento ou vinculação com este plano maior.
43. No cenário político-institucional brasileiro, a elaboração e a apresentação de planos de governo ganharam novos contornos com exigências legais específicas, além de representarem o elo entre as promessas de campanha e a futura gestão pública. No que concerne à natureza jurídica, à finalidade e à vinculação dos planos de governo no Brasil, assinale a alternativa correta.
- (A) O plano de governo apresentado durante a campanha eleitoral possui natureza de lei complementar, vinculando à elaboração do orçamento anual.
 - (B) O plano de governo é documento facultativo no registro de candidatura ao Poder Executivo, sendo exigido apenas para disputas presidenciais e dispensável nas eleições estaduais e municipais.
 - (C) O plano de governo apresentado à Justiça Eleitoral pode substituir o Plano Plurianual (PPA), se houver a apresentação de programas com metas físicas e gerenciais.
 - (D) O plano de governo constitui documento para o registro de candidaturas ao Poder Executivo, funcionando como instrumento político-programático que orienta compromissos de campanha e pode influenciar o planejamento governamental.
 - (E) O plano de governo possui natureza contratual entre candidato e eleitorado, permitindo a responsabilização do chefe do Executivo por improbidade administrativa sempre que houver descumprimento de propostas apresentadas durante a campanha eleitoral.

44. No contexto das reformas administrativas, da redefinição do papel do Estado e dos mecanismos contemporâneos de prestação de serviços públicos, a terceirização, a privatização, as concessões e as Parcerias Público-Privadas (PPP) representam instrumentos jurídicos e administrativos distintos, embora frequentemente associados às estratégias de desestatização e ampliação da participação privada.

Considerando o regime jurídico aplicável, a repartição de riscos, a titularidade do serviço público e as formas de remuneração do parceiro privado, assinale a alternativa correta.

- (A) A terceirização transfere ao particular a titularidade do serviço público e a responsabilidade regulatória estatal, razão pela qual contratos terceirizados dispensam fiscalização contínua da Administração Pública após sua celebração.
- (B) Nas concessões comuns de serviços públicos, o parceiro privado é remunerado exclusivamente por contraprestações pecuniárias pagas diretamente pelo poder concedente, característica que as diferencia juridicamente das PPP patrocinadas.
- (C) A privatização de empresa estatal pode implicar na delegação de serviço público mediante concessão administrativa, permanecendo o ente estatal responsável pela execução direta da atividade econômica transferida ao setor privado.
- (D) Nas PPP, admite-se compartilhamento contratual de riscos entre o parceiro público e o privado, inclusive referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária, observados os limites legais e contratuais aplicáveis.
- (E) A concessão administrativa caracteriza-se pela cobrança direta de tarifa dos usuários do serviço público, sem contraprestação pecuniária do parceiro público, distinguindo-se da concessão comum pelo prazo contratual mais elevado.

45. A criação de consórcios públicos baseia-se na articulação entre diferentes governos (como municípios vizinhos) para superar a fragmentação de recursos e ganhar escala na resolução de problemas comuns.

Sob a ótica da gestão pública e da eficiência administrativa, assinale a alternativa que apresenta uma possibilidade real e uma vantagem gerencial autêntica viabilizada por esse modelo de cooperação.

- (A) O consórcio público permite que municípios de pequeno porte comprem insumos de saúde e medicamentos em grande escala, o que aumenta o poder de barganha frente aos fornecedores e reduz o custo unitário dos produtos para cada consorciado.
- (B) A instituição de um consórcio extingue a autonomia política dos municípios participantes em relação à área consorciada, centralizando as decisões em um comitê gerencial imune ao controle social e à fiscalização dos Poderes Legislativos locais.
- (C) Os consórcios públicos servem como instrumentos para que municípios limítrofes transfiram suas dívidas públicas e déficits fiscais para o consórcio, desonerando o caixa das prefeituras de forma permanente.
- (D) A gestão por consórcios impede a contratação de pessoal pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), exigindo que cada município realize seus próprios certames individuais para formar o quadro de pessoal.
- (E) O modelo de consórcios é recomendado para a gestão de serviços imateriais, como consultoria jurídica e planejamento estratégico, sendo tecnicamente inviável para infraestruturas físicas pesadas, como aterros sanitários regionais ou usinas de reciclagem.

46. Analise as três afirmações a seguir:

- I. Nos conselhos gestores paritários de políticas públicas, a institucionalização e a proximidade com o aparato estatal tendem a neutralizar as assimetrias de poder técnico e informacional entre os representantes do governo e os da sociedade civil, garantindo uma deliberação perfeitamente equânime.
- II. O atual regime jurídico das parcerias com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e com Organizações Sociais (OS) estabelece que a administração pública selecione as entidades por meio de chamamento público; contudo, a execução conjunta das ações, sob o regime de mútua cooperação, afasta a necessidade de prestação de contas focalizada em resultados, mantendo o controle estatal vinculado às formalidades para a realização do gasto financeiro.
- III. As redes de políticas públicas atuam como estruturas de governança não hierárquicas que articulam atores públicos e privados em torno de problemas complexos, operando por meio de mecanismos de coordenação baseados na confiança e na barganha, o que as diferencia tanto da coordenação burocrática rígida quanto dos mecanismos puros de mercado.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmação(ões):

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) II
- (E) III.

47. Sobre os conceitos e as práticas de *accountability*, controle interno, externo e social, bem como as formas de controle administrativo, legislativo e judicial, que assumem funções complementares na limitação do poder estatal e na promoção da boa governança pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O controle judicial sobre a administração pública pode alcançar tanto a legalidade quanto o mérito administrativo, permitindo ao Poder Judiciário substituir na íntegra a discricionariedade de mérito do administrador sempre que considerar a decisão inconveniente ou inoportuna.
- (B) O controle externo exercido pelos Tribunais de Contas possui natureza exclusivamente jurisdicional, razão pela qual suas decisões são julgamentos não passíveis de serem submetidos à apreciação do Poder Judiciário.
- (C) A *accountability* horizontal refere-se aos mecanismos de controle exercidos diretamente pela sociedade civil sobre os governantes, especialmente por meio do voto, da mídia e da participação popular em audiências públicas.
- (D) O controle interno é exercido no âmbito da própria estrutura administrativa e possui, entre suas finalidades, avaliar o cumprimento de metas, comprovar a legalidade e apoiar o controle externo no exercício de suas tarefas.
- (E) O controle social da administração pública se caracteriza pela atuação privativa do Poder Legislativo sobre os atos do Executivo, especialmente por meio das comissões parlamentares de inquérito e da fiscalização orçamentária.

48. O Processo Legislativo previsto na Lei Orgânica do Município de Votorantim organiza a produção das normas locais, estabelecendo as competências, os ritos e os quóruns necessários para a aprovação das matérias.

Com base nas disposições expressas dessa Lei sobre Emendas à Lei Orgânica e Leis Complementares, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei Orgânica de Votorantim poderá ser emendada mediante proposta de iniciativa popular, desde que assinada por, no mínimo, 1% (um por cento) do eleitorado do município.
- (B) As Leis Complementares em Votorantim, tais como as que dizem respeito ao Plano Diretor e ao Código Tributário, exigem para sua aprovação o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- (C) Uma proposta de emenda à Lei Orgânica rejeitada em votação plenária poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa, bastando o apoio da maioria simples dos vereadores.
- (D) A discussão e a votação de qualquer matéria constante da ordem do dia na Câmara poderão ser realizadas desde que esteja presente, no mínimo, um terço dos membros do Poder Legislativo.
- (E) A promulgação de uma Emenda à Lei Orgânica aprovada é de competência privativa e exclusiva do prefeito municipal, que dispõe do prazo de quinze dias úteis para sancioná-la ou vetá-la.

49. A Resolução nº 03, de 23 de março de 1994, que institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Votorantim, sofreu muitas alterações ao longo dos anos, especialmente aquelas promovidas pelas Resoluções de 2024 e 2025, que redefiniram aspectos relacionados às sessões legislativas, às comissões permanentes e à organização dos trabalhos parlamentares.

Levando em consideração a sistemática regimental atualmente vigente, a jurisprudência interna consolidada pela própria Casa e as alterações posteriores incorporadas ao texto regimental, assinale a alternativa correta.

- (A) A criação da Comissão Permanente de Fiscalização de Políticas Públicas suprimiu a competência fiscalizatória das demais comissões permanentes, concentrando naquele órgão colegiado a análise da execução dos programas governamentais municipais.
- (B) Após as alterações regimentais de 2024, as sessões da Câmara Municipal podem ser realizadas livremente fora da sede do Poder Legislativo, mediante simples comunicação da Mesa Diretora aos vereadores, independentemente da existência de justificativa formal.
- (C) A inclusão da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar no rol das comissões permanentes implicou a revogação tácita de todas as normas específicas anteriormente destinadas à apuração de infrações ético-disciplinares praticadas por vereadores.
- (D) A Resolução nº 03/1994 permanece formalmente vigente apenas em sua redação originária, uma vez que as alterações posteriores possuem caráter autônomo e não se incorporam ao texto do Regimento Interno para fins de interpretação sistemática.
- (E) As alterações promovidas posteriormente ao Regimento Interno evidenciam uma tendência de fortalecimento das funções institucionais de fiscalização, transparência e governança legislativa, sem caracterizar a estrutura regimental originária, incorporando novas competências a comissões permanentes, prevendo mecanismos de aprimoramento do controle parlamentar e admitindo hipóteses excepcionais de realização de atos legislativos fora da sede da Câmara, nos termos regimentais.

50. No dia 21 de março de 2023, a Câmara Municipal de Vereadores de Votorantim editou um importante conjunto normativo composto pelas Resoluções de números 01, 02 e 03.

Tendo em vista a articulação sistemática entre essas três normas e o que elas instituem, assinale a alternativa correta.

- (A) A Resolução nº 01 estabelece normas para licitação e contratos administrativos; a Resolução nº 02, por sua vez, trata de definir regras para a compra de materiais pela Câmara, regulamentando o artigo 20 da Lei Federal de nº 14.133/2021; enquanto a Resolução nº 03 dispõe sobre o procedimento de contratações diretas no âmbito deste Legislativo Municipal.
- (B) A Resolução nº 01 dispõe sobre o regime e os procedimentos de contratações diretas pela Câmara; enquanto a Resolução nº 02 trata de definir regras para a compra de materiais pela Câmara, regulamentando o artigo 20 da Lei Federal nº 14.133/2021; e a Resolução nº 03 se refere a licitações e sobretudo contratos administrativos pela Câmara Municipal.
- (C) A concessão do regime de adiantamento de despesas está presente nas três resoluções, embora cada Resolução se refira a um aspecto distinto da Lei Federal nº 14.133/2021, que regra uma nova sistemática de licitações e contratos administrativos.
- (D) A Resolução nº 01 estabelece normas relativas aos agentes de contratação e a fiscalização contratual; a Resolução nº 02 regulamenta o artigo 20 da Lei Federal nº 14.133/2021; e a Resolução nº 03 dispõe sobre o procedimento de contratações diretas, sendo que as três resoluções se aplicam exclusivamente a licitações realizadas na modalidade pregão.
- (E) A Resolução nº 01 dispõe sobre os procedimentos de contratações diretas no âmbito da Câmara; a Resolução nº 02 regulamenta o artigo 20 da Lei Federal nº 14.133/2021, definindo critérios para a aquisição de bens de consumo; enquanto a Resolução nº 03 estabelece as atribuições dos agentes de contratação, da equipe de apoio e dos fiscais de contratos.

